

# MUNICÍPIO DE ARMAMAR

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

### **REVISÃO AO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES TEIXEIRA**

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 05MUNAMM25

CONCURSO PÚBLICO  
CADERNO DE ENCARGOS

2025

  
*Terra de Emoções*

WWW.CM-ARMAMAR.PT



## ÍNDICE

<b>CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto e contrato .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato.....	5
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Preço base.....	6
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>7</b>
<b>Secção I - Obrigações do prestador de serviços .....</b>	<b>7</b>
<b>Subsecção I – Disposições gerais .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	7
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Caução .....	8
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Resolução por parte do município de Armamar.....	8
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços .....	9
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias .....	9
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Responsabilidade do prestador de serviços .....	10
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato.....	10
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais .....	11
<b>Subsecção II – Dever de sigilo .....</b>	<b>13</b>
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Informação e sigilo .....	13
<b>Secção II - Obrigações do município de Armamar .....</b>	<b>14</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Gestão do contrato.....	14
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Preço contratual .....	14
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	15
<b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Penalidades contratuais .....	16
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Força maior .....	16
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar .....	18
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços.....	18



<b>CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>19</b>
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual .....	19
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	19
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	19
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Resolução de litígios .....	19
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Consulta preliminar ao mercado .....	20
Cláusula 25. <sup>a</sup> – Mapa de quantidades .....	20
Cláusula 26. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	20
Cláusula 27. <sup>a</sup> – Anexos ao Caderno de Encargos .....	20
<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>21</b>



## CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto e contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de concurso público, que tem por objeto a aquisição de serviços com a designação **“Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”**.

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo adjudicatário, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos



- propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
6. O presente Procedimento Concursal é prévio e visa preparar, acompanhar e assistir o Procedimento de Formação do Contrato de Empreitada de Obras Públicas igualmente previsto no acima identificado Contrato de Comparticipação Financeira.
  7. É da inteira responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento de todas as obrigações subjacentes à Prestação dos Serviços identificados no presente Caderno de Encargos, sem prejuízo das demais obrigações legais e das que venham a constar do respetivo Contrato.
  8. A Prestação do Serviço inclui a elaboração dos Projetos enunciados, e, sem alteração do preço, as eventuais alterações e/ou aditamentos decorrentes de processos e/ou procedimentos de apreciação e/ou aprovação por quaisquer Entidades que, legalmente, intervenham na sua apreciação e/ou aprovação, regendo-se pelo presente Caderno de Encargos, pelos termos da Proposta do Adjudicatário e pela legislação aplicável.
  9. A Entidade Adjudicante prestará, ao Adjudicatário, toda a colaboração e fornecerá todas as informações que se afigurem relevantes para a correta e cabal execução da Prestação de Serviços subjacente ao presente Contrato, promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pelo Adjudicatário, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com todas as Entidades envolvidas.

### **Cláusula 2.ª - Prazo de vigência do contrato**

1. O Contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data da assinatura do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, designadamente as previstas no n.º 2, alínea c), da presente Cláusula, às quais o Adjudicatário expressamente se compromete através do preenchimento da minuta do Anexo VI do Programa de Procedimento.
2. O Adjudicatário obriga-se a prestar e a concluir a execução do serviço, de acordo com as seguintes fases e datas:
  - a) **1.ª FASE:** Elaboração e entrega do Relatório Preliminar: **20 (vinte) dias;**





- b) **2.º FASE:** Elaboração e entrega do Relatório Final: **10 (dez) dias**
- c) **3.ª FASE:** Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra no âmbito:
- . da fase procedimental do Procedimento Pré-Contratual de Empreitada a tramitar subsequentemente, designadamente em fase de Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões
  - . da execução do Contrato de Empreitada a celebrar, até à assinatura do auto de receção provisória da mesma, pronuncia de qualquer Reclamação do Adjudicatário/Empreiteiro em matéria de Trabalhos Complementares, Revisão de Preços e/ou quaisquer outras matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas com aspetos da Execução do Contrato associadas ao Projeto de Execução. (até 36 meses a contar da data da assinatura do contrato)
3. O Adjudicatário fica dispensado da prestação dos serviços de Acompanhamento e Assistência Técnica à Obra caso a mesma não se inicie no prazo de 3 (três) anos contados a partir da aprovação da **Revisão do Projeto de Execução**, mas fica obrigado a essa prestação para além do prazo de 36 (trinta e seis) meses caso a Obra se inicie previamente a esse prazo.

### Cláusula 3.ª - Preço base

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o Município de Armamar se dispõe a pagar pela aquisição de serviços, que constitui o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço máximo a que se refere o número anterior não pode ser superior a **44.750,00€** (quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
3. O preço base não é passível de revisão.



## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do prestador de serviços**

#### **Subsecção I – Disposições gerais**

##### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações contratuais:
  - a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
  - b) Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
  - c) Comunicar ao município de Armamar, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens e respetiva instalação e à prestação dos serviços.
3. Os Projectos, Planos, Peças Procedimentais, finais aprovadas e outros elementos procedimentais deverão ser apresentados à Entidade Adjudicante em suporte de papel e em suporte digital – este contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável e pdf dos mesmos documentos, podendo esta analisar e verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, bem como outros requisitos exigidos por lei, sendo que, nessa análise e verificação, o Adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.



4. No caso de a análise da Entidade Adjudicante não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário, sendo que, nesse caso, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo que lhe for fixado pela Entidade Adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, sendo que, após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, a Entidade Adjudicante procederá a nova análise, nos termos do número anterior.
5. Caso a análise da Entidade Adjudicante comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, será emitida Declaração de Aceitação pela Entidade Adjudicante, a qual não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> – Caução**

É dispensada a apresentação de caução ou garantia bancária de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Resolução por parte do município de Armamar**

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos constantes do contrato superior a 3 meses;
  - b) Ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo (3 meses) excederá esse prazo.





2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo município de Armamar.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços**

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução prevista na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias;
  - b) Ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluídos juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante recurso a arbitragem, nos termos da cláusula 23.<sup>a</sup>.
3. Nos casos previstos a alínea a) do n.º I o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

- I. No caso de os testes de aceitação previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve disso informar o prestador de serviços.



2. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo município de Armamar, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o município de Armamar procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Responsabilidade do prestador de serviços**

1. O prestador de serviços é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao município de Armamar ou a terceiros que, por qualquer motivo resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.
2. É igualmente da responsabilidade do prestador de serviços a contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo o seguro de responsabilidade civil.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo.
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.
4. O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetarà à



execução do contrato e respetivo vínculo contratual, podendo utilizar a minuta do **Anexo III do Programa do Procedimento**.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais**

- I. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
  - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão; ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
  - f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o



tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.

2. O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte



- do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º I do artigo 4º do RGPD.
  4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
  5. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
  6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Joana Maria de Sousa Rebelo Gouveia, endereço eletrónico: [jrebelo@cm-armamar.pt](mailto:jrebelo@cm-armamar.pt).

### **Subsecção II – Dever de sigilo**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Informação e sigilo**

1. O prestador de serviços e o município de Armamar devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
5. O prestador de serviços deve prestar ao município de Armamar todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o município de Armamar satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## **Secção II - Obrigações do município de Armamar**

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Gestão do contrato**

1. O Município de Armamar designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o município de Armamar e o prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.
2. Sem prejuízo de outras responsabilidades, cabe ao gestor do contrato emitir e assinar relatórios, com periodicidade a definir aquando da assinatura do contrato, que permita conhecer com detalhe a evolução da execução do contrato, as questões relevantes, as respostas dadas e as desconformidades por sanar.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.





2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Armamar, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a comunicação da aprovação do órgão competente e do vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conferência da fatura pelo gestor do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do município Armamar, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A emissão de faturas eletrónicas e em papel por parte do prestador de serviços deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e no Código do IVA.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.



### CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### Cláusula 16.<sup>a</sup> - Penalidades contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Armamar pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, além do não pagamento da prestação mensal do serviço em falta, nas seguintes percentagens:
  - a) 2% do valor da mensalidade da prestação do serviço em falta, por cada dia de incumprimento, referente aos primeiros 10 dias;
  - b) 5% do valor da mensalidade da prestação do serviço em falta, por cada dia de incumprimento, decorridos mais de 10 dias, até ao limite de 20% do preço contratual.
2. A cobrança das eventuais penalidades em que o prestador de serviços incorra serão deduzidas no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pelo município de Armamar.
2. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas ao município de Armamar for protelado por qualquer motivo, o prestador de serviços deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Armamar exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup> - Força maior

- I. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias



- que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
  3. Não constituem força maior, designadamente:
    - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
    - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
    - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
    - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
  4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante comunicação por correio eletrónico do município de Armamar ao prestador de serviços.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando,
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
  - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.



## **CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º I do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo prestador de serviços devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o prestador de serviços permanece integralmente responsável perante o município de Armamar, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup> – Resolução de litígios**

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o concelho de Armamar, com a expressa renúncia a qualquer outro.
2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.



**Cláusula 24.<sup>a</sup> – Consulta preliminar ao mercado**

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
2. Foi com base nessas informações que se obteve o preço base da cláusula 4.<sup>a</sup>, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

**Cláusula 25.<sup>a</sup> – Mapa de quantidades**

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd	Preço Unitário	Subtotal
	Aquisição de Serviços com a designação "Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira", de acordo com o previsto com o número 2 do artigo 18º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pelo n.º2 do 1 Artigo 43.º do CCP.	vg	1		
				<b>Preço Total</b>	

**Cláusula 26.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

**Cláusula 27.<sup>a</sup> – Anexos ao Caderno de Encargos**

- a) Anexo I - Clausulas Técnicas;
- b) Anexo II - Memória descritiva;
- c) Anexo III - Modelo de declaração a que se refere o art.º 419.º-A, aplicável por força do artigo 451.º nº 2 do CCP.





## ANEXO I

## CLÁUSULAS TÉCNICAS

## Cláusulas técnicas a incluir no caderno de encargos

## Objetivos da prestação do serviço

1. O serviço a contratar abrange a realização da “Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”.
2. Cada revisão parcelar corresponde aos projetos identificados deve ser subscrita no mínimo com capacidade técnica para a elaboração do projeto em análise, devendo o técnico comprovar devidamente as capacidades técnicas e académicas.
3. Cada projeto parcelar deve ser alvo de um relatório fundamentado pelo técnico habilitado para efeito devendo o coordenador da equipa em resumo dos relatórios parcelares dos diferentes projetos, proceder à entrega do relatório integral em resumo da revisão de projeto contendo todas as revisões parcelares do mesmo.
4. Revisão integral do projeto de execução supra descrito nos seguintes projetos parcelares em anexo:
  - 1 - Coordenação;
  - 2 - Arquitetura e acessibilidades;
  - 3 - Estabilidade;
  - 3.1 - Vulnerabilidade Sísmica;
  - 3.2 - Reforço Estrutural – Sísmico;
  - 4 - Instalações Hidráulicas (água, esgotos e pluviais);
  - 5 - AVAC;
  - 6 - Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
  - 7 - Projeto de Produção de Energia por Sistemas Fotovoltaicos;
  - 8 - Instalações, equipamentos e sistemas de telecomunicações;
  - 9 - Sistemas de segurança integrada;
  - 10 - Sistemas de Gestão Técnica Centralizada;
  - 11 - Sistemas de Gestão Técnica Centralizada;
  - 12 - Condicionamento acústico;
  - 13 - Arranjos exteriores;
  - 14 - PSS Fase de Projeto;
  - 15 - Plano de Gestão de Resíduos;
  - 16 - Mapa de trabalhos e quantidades;
  - 17 - Estimativa orçamental;
  - 18 - Estudo Geotécnico;
  - 19 - Auditoria Energética e Certificado Energético com Melhorias;



20 - Instalações Provisórias.

21 - Caderno de encargos e programa de procedimento

5. Cada revisão parcelar corresponde aos projetos identificados deve ser subscrita no mínimo por técnico com capacidade legal para a elaboração do projeto em análise, devendo o mesmo comprovar devidamente as capacidades técnicas.
6. A revisão deve incidir sobre os erros e omissões dos projetos com a sua identificação clara para posterior aprovação.
7. A revisão deve indicar irregularidades legais e/ou outras equiparáveis, deficiências técnicas, incompatibilidades entre projetos, erros, omissões de todos os projetos em apreço.
8. A equipa de revisão do projeto poderá ser convocada em todas as fases do Procedimento, seja Pré-Contratual, seja em matéria de Execução, relativamente a quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas com aspetos da Execução do Contrato associadas ao Projeto de Execução.
9. A revisão do projeto deve obrigatoriamente fundamentar o valor do preço base a concurso de acordo com o CCP.

## 2. *Exemplares das peças a apresentar*

1. Todas as peças a apresentar pelo adjudicatário, será entregue num original em papel completos (peças escritas e desenhadas, assinadas pelos autores), devendo ainda ser apresentada uma cópia completa em suporte digital (todos os ficheiros e peças gráficas em pdf, dwfx e dwg).
2. Deverão ser entregues dois exemplares em formato papel à escala definida nas respetivas peças, e um em suporte digital da versão final do projeto de execução.

## 3. *Constituição da equipa para a revisão do projeto*

1. A revisão do projeto de execução deverá ser elaborada por equipa multidisciplinar constituída por técnicos especialistas nas diferentes áreas de estudo, devendo ser indicado o coordenador e responsável perante a entidade adjudicante, com competência e experiência reconhecida por trabalhos anteriores da mesma categoria com elevados níveis de qualidade e excelência.
2. Os diferentes projetos de especialidades a apresentar deverão integrar termos de responsabilidade subscritos pelos respetivos autores, de acordo com a constituição da equipa definida nos termos do parágrafo anterior.

## 4. *Condições de pagamento*

1. 60% do valor do contrato com a entrega do Relatório preliminar e respetiva aprovação pelo órgão competente para contratar;



2. 30% do valor do contrato com a entrega do Relatório final, entrega de dois exemplares em formato papel, e um em suporte digital da versão final do projeto de execução, e a respetiva aprovação pelo órgão competente para contratar;
3. 10% do valor do contrato com a conclusão do Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra;

*5. Prazo de prestação do serviço*

1. Entrega do Relatório preliminar – 20 dias;
2. Entrega do Relatório final – 10 dias.
3. Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra no âmbito:
  - . da fase procedimental do Procedimento Pré-Contratual de Empreitada a tramitar subsequentemente, designadamente em fase de Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões
  - . da execução do Contrato de Empreitada a celebrar, até à assinatura do auto de receção provisória da mesma, pronuncia de qualquer Reclamação do Adjudicatário/Empreiteiro em matéria de Trabalhos Complementares, Revisão de Preços e/ou quaisquer outras matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas com aspetos da Execução do Contrato associadas ao Projeto de Execução. (até 36 meses a contar da data da assinatura do contrato)

As fases atrás mencionadas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.

**Nota:** O Adjudicatário fica dispensado da prestação dos serviços de acompanhamento e Assistência Técnica à Obra caso a mesma não se inicie no prazo de 3 (três) anos contados a partir da aprovação do Projeto de Execução, mas fica obrigado a essa prestação para além do prazo de 36 (trinta e seis) meses caso a Obra se inicie previamente a esse prazo.



## ANEXO II

## Memória Descritiva

## INTRODUÇÃO

A presente Memória Descritiva refere-se ao projeto de arquitetura, relativo à pretensão de Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, Armamar, localizada no Bairro de Santa Bárbara, na freguesia e concelho de Armamar.

## CARATERIZAÇÃO DO EXISTENTE

O edifício de 2 pisos inaugurado em 1996 com uma implantação predominante Nordeste/Sudoeste, é composto por três corpos principais interligados por 2 corpos secundários que formam os pátios exteriores Nordeste, no primeiro dos quais se situa o recreio coberto construído em 2000. O Corpo central onde se localizam as entradas e escada principais bem como os espaços comuns (secretaria, direção, refeitório biblioteca, Salas convívio alunos e professores), caracteriza-se pela existência de um pátio interior coberto encimado por lanternim, elemento arquitetónico preponderante na composição. O sistema construtivo é composto por estrutura e lajes em betão armado, paredes duplas exteriores em alvenaria de tijolo com caixa de ar e paredes interiores simples em alvenaria de tijolo. O revestimento da cobertura é em telha “Lusa” assente sobre ripado em betão, os lanternins e claraboias são em chapa alveolada de policarbonato. As paredes exteriores dispõem de lambril em placas de granito no remate com o pavimento sendo o restante revestido a reboco areado fino, as platibandas e elementos verticais que compõem o fecho do pátio interior/ lanternim são em betão aparente. No interior as paredes do pátio central coberto e sala convívio alunos dispõem de lambril cerâmico até 2m, as restantes paredes são em areado fino com lambril até 2m pintado a esmalte. As paredes das instalações sanitárias, vestiários e arrumos são revestidas a azulejo, as paredes das salas de aula e restantes compartimentos são rebocadas e estanhadas com exceção das paredes da Biblioteca e Sala da Direção que são revestidas em toda a altura por painéis de madeira envernizada. Os pavimentos dos corredores, átrios, refeitório/cozinha, IS, vestiários e arrumos são revestidos a mosaico cerâmico. As escadas principais e secundárias são revestidas com peças inteiras de granito encontrando-se em bom estado de conservação. Os pavimentos dos gabinetes, biblioteca e das salas normais é em parquet de madeira maciça, os pavimentos salas EVT, sala de desenho e salas com pontos de água são em parquet de madeira maciça com faixa em mosaico cerâmico do lado das bancadas com pio, todos eles se encontram em bom estado de conservação. Os pavimentos dos Laboratórios e sala de desenho situadas no r/c do corpo Sudeste, são em mosaico cerâmico e encontram-se em bom estado de conservação. Os pavimentos nas salas normais de Ensino Especial estão revestidos a linóleo. Os tectos das circulações, átrios, inst. Sanitárias, vestiários e arrumos são diretos e revestidos a areado fino. Os tectos dos restantes compartimentos e Salas de Aula estão revestidos a aglomerado negro de cortiça



## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção tem em vista a melhoria das condições térmicas, acústicas, de segurança e qualidade do ar. As redes existentes de infraestruturas de águas, esgotos, eletricidade, comunicações e climatização serão totalmente revistas remodeladas ou substituídas.

A intervenção prevê a nível do exterior a reabilitação das paredes, substituição das caixilharias e da composição do revestimento das coberturas mantendo-se a telha. O lanternim elemento caracterizador do pátio central será recuperado melhorando as suas características de isolamento e proteção solar. O recreio coberto existente será demolido para dar lugar a novos recreios cobertos com dois pisos a implantar nos pátios exteriores Nordeste com ligação direta aos átrios e escadas interiores. A nível do interior a intervenção prevê a reabilitação sem alteração da compartimentação existente das áreas de circulação, pátios interiores e de todas as salas, gabinetes e compartimentos de apoio com exceção das áreas de refeitório e cozinha bem como da transformação de uma sala de EVT no R/C em Auditório e a subdivisão da existente no Piso I.

No âmbito das instalações mecânicas e AVAC será prevista a produção de energia com o recurso a meios próprios e fontes passivas, assim como o tratamento do ar e climatização por meios mecânicos, contribuindo para uma maior “Eficiência Energética” de todo o edifício de acordo com a legislação em vigor e de forma a diminuir o esforço financeiro da manutenção, conforto e durabilidade construtiva:

- O Projeto de Requalificação do Edifício tem como objetivo principal criar todas as condições que permitam uma autonomia e eficiência energética absoluta, assim serão assegurados elevados valores de massa térmica interior, assegurados elevados níveis de isolamento térmico, instalados sistemas e equipamentos energeticamente eficientes, privilegiadas a exposição solar e ventilação natural passiva e assegurada a produção de energia e água quente a partir de fontes renováveis através da instalação de painéis solares e fotovoltaicos. Serão ainda instalados sistemas de gestão, monitorização e controlo de consumos de energia.
- Do ponto de vista da eficiência hídrica o Projeto integra todas as áreas verdes exteriores de molde a reter de uma forma natural a água da chuva no solo. As águas pluviais poderão ser recolhidas e aproveitadas para utilizações não potáveis como águas de rega ou lavagens. Serão instalados equipamentos de baixo consumo de água e energia tais como dispositivos temporizados, sensores ou redutores de caudal.
- O Projeto privilegia ainda uma seleção ecológica de materiais que integrem uma percentagem maioritária de matérias-primas naturais bem como a utilização de sistemas construtivos pré-fabricados que diminuam a quantidade de resíduos e permitam a sua triagem e reciclagem
- No âmbito da sustentabilidade social o Projeto assegurará condições de bem-estar promovendo o equilíbrio entre a vivência comum e o respeito pela individualidade assegurados também pela adaptabilidade e flexibilidade proposta para os espaços comuns e mobiliário tendo em vista a participação e apropriação pela comunidade académica.
- No que diz respeito à sustentabilidade económica o Projeto visa minimizar o custo global da operação atendendo ao período de vida útil da Escola bem como reduzir os seus custos de exploração e manutenção.



## PROGRAMA

O Programa mantém a distribuição funcional dos espaços interiores e compartimentos existentes á exceção dos espaços de refeitório/cozinha/copa e respectivas áreas de apoio, bem como da transformação de uma sala de EVT do r/c em Auditório e a divisão da Sala EVT do piso I em duas salas de Aula.

A nível dos espaços exteriores serão construídos nos pátios Nordeste os Recreios Cobertos distribuídos por dois pisos e com acesso direto aos átrios e escadas aí localizadas. A portaria será ampliada de molde a comportar uma IS com vestiário.

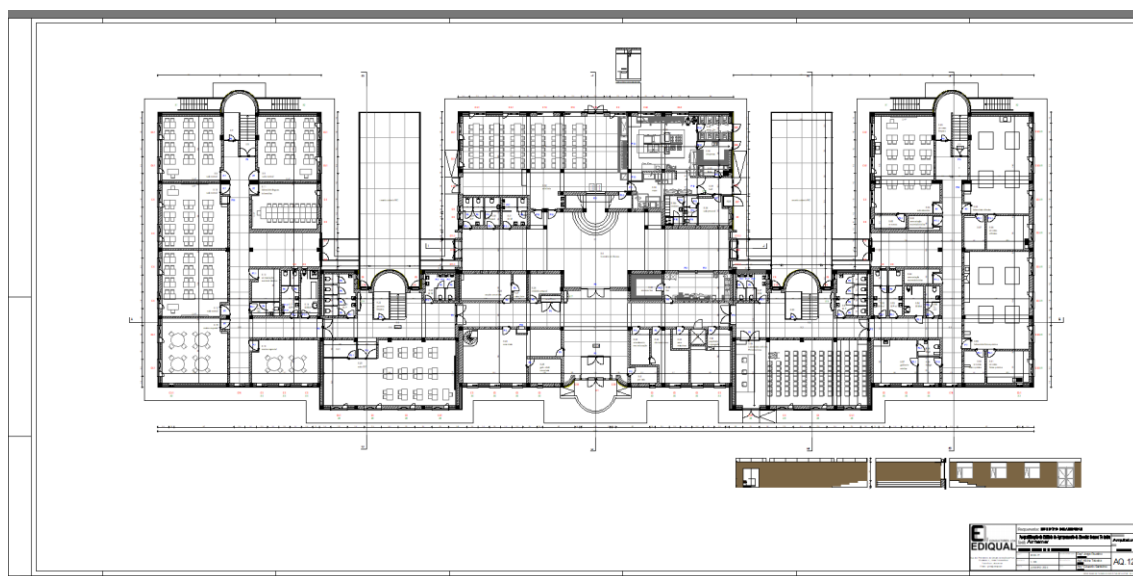
O edifício anexo onde se situam a central térmica e de bombagem de água será remodelado e ampliado de forma a receber dois novos compartimentos dedicados a arrumos e arquivo geral.

ÁREA EDIFICADA - Construção Existente / Requalificada 4724 m2

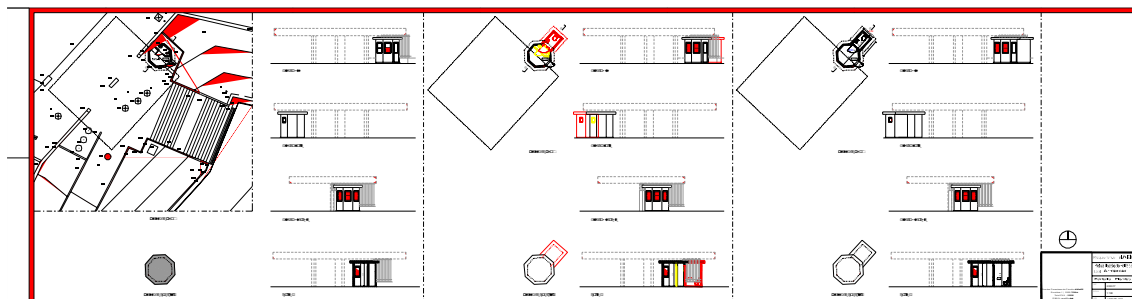
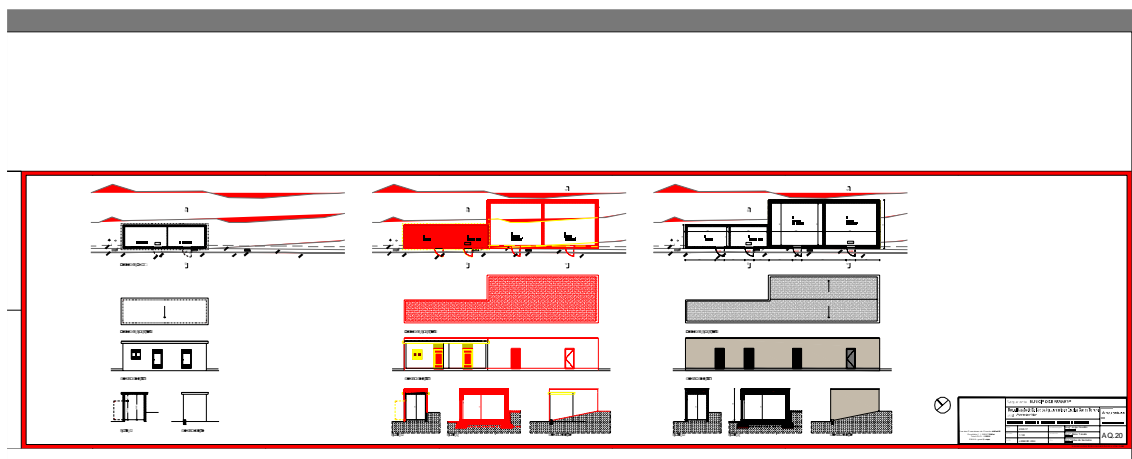
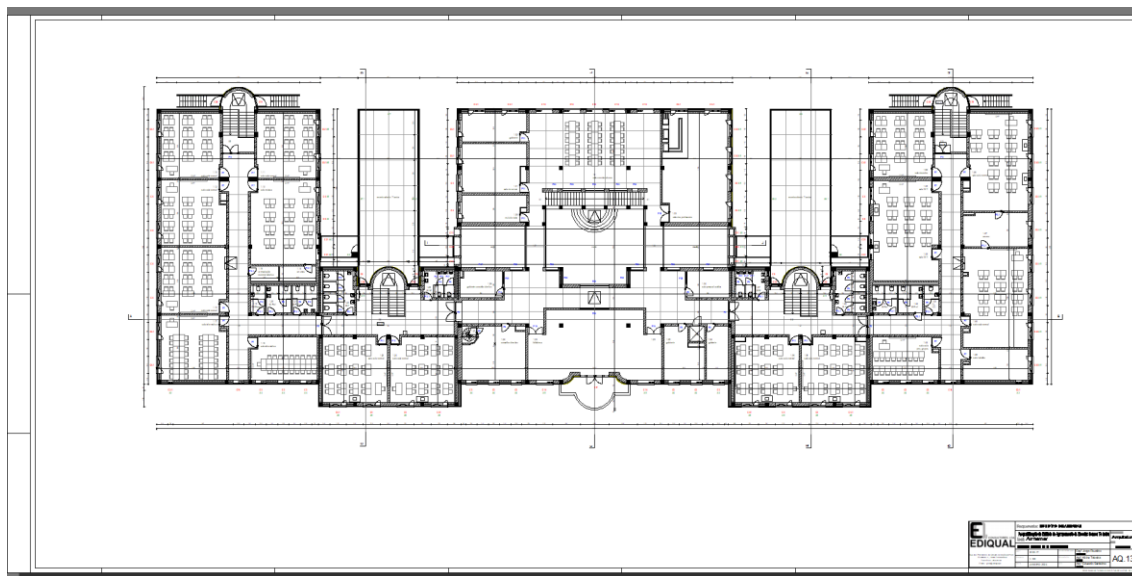
ÁREAS DE RECREIO DESCOBERTRAS 2660 m2

Instalações Provisórias (22 salas de aula)

Campo desportivo exterior







**ESTIMATIVA ORÇAMENTAL**

<b>MUNICÍPIO DE ARMAMAR</b>		
<b>Empreitada:</b>		
<b>REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES TEIXEIRA</b>		
<b>RESUMO ORÇAMENTAL</b>		
<i>Estimativa Orçamental</i>		
<b>Art</b>	<b>Designação</b>	<b>Custo</b>
1	ESTALEIRO, EQUIPAMENTOS E PLANO DE HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE E INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	321 200,00 €
2	ARQUITECTURA	1 975 913,96 €
3	FUNDAÇÕES E ESTRUTURA	211 180,71 €
4	ÁGUAS E ESGOTOS	181 945,02 €
5	INSTALAÇÕES DE VENTILAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	878 045,36 €
6	ELETRICIDADE	464 444,60 €
7	TELECOMUNICAÇÕES	85 667,45 €
8	SEGURANÇA INTEGRADA	17 887,90 €
9	GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA	146 800,00 €
10	FOTOVOLTAICO	75 000,00 €
11	ARRANJOS EXTERIORES	106 210,23 €
12	EQUIPAMENTO FIXO	245 799,80 €
<b>TOTAL</b>		<b>4 710 095,03 €</b>



**ANEXO III**

Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-a do CCP

I - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP e que afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito da concurso público de **“Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”**, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura].\_\_

Caderno de encargos aprovado pelo órgão competente em 22/01/2025

O Presidente da Câmara Municipal

(assinado digitalmente)

